

DIVULGAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS MAIS LÍQUIDAS DA BM&FBOVESPA

DISCLOSURE OF CONTINGENT LIABILITIES OF COMPANIES MORE TRADED AT BM&FBOVESPA

Ricardo Suave¹
Maurício Mello Codesso²
Hugo de Moraes Pinto³
Ernesto Fernando Rodrigues Vicente⁴
Rogério João Lunkes⁵

RESUMO: *Com as novas normas de contabilidade busca-se uma aproximação entre as contabilidades gerencial e financeira, um dos itens que possibilitam tal aproximação é a divulgação das contingências. O presente trabalho tem como objetivo identificar se as empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA atendem às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa e descritiva quanto aos objetivos. Os resultados indicam que as empresas divulgam principalmente processos judiciais relacionadas a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, com menor divulgação de contingências ambientais. Quanto aos itens solicitados pelo CPC 25, verifica-se maior atendimento quanto à descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência. Nas correlações, verificou-se maior atendimento por parte dos setores de Petróleo e Gás, Telecomunicações, Finanças e Seguros, Química e Energia Elétrica, e correlação inversa a empresas com mais liquidez. Conclui-se que pela diferença notada de uma empresa para outra na descrição da natureza das contingências é possível perceber que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressem a realidade.*

PALAVRAS-CHAVE: Passivos contingentes. Divulgação. Aproximação entre as Contabilidades.

ABSTRACT: *With the new accounting standards seeks a rapprochement between the financial and management accounting, one of the items that allow that approach is the disclosure of contingencies. This study aims to identify whether companies most traded on the BM&FBOVESPA meet the provisions of CPC 25 regarding the disclosure of contingent liabilities. This is a research of quantitative approach and descriptive about the objectives. The results indicate that companies disclose lawsuits related primarily to causes tax, civil and labor, with less disclosure of environmental contingencies. As for the items requested by CPC 25, there is greater attention to the description of nature, estimates of the financial effect, measurement criteria and uncertainties related to values and date of occurrence. In correlations, there was a higher attendance by the Oil & Gas, Telecommunications, Finance and Insurance, Chemicals and Energy, and inverse correlation to companies with more*

¹ Mestrando em Contabilidade (UFSC). E-mail: ricardosuave@outlook.com

² Mestrando em Contabilidade (UFSC). E-mail: mmcodesso@gmail.com

³ Mestrando em Contabilidade (UFSC). E-mail: mestrehugopinto@hotmail.com

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (UFSC). E-mail: e.fernando@cse.ufsc.br

⁵ Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (UFSC). E-mail: rogeriolunkes@hotmail.com

liquidity. Conclude that the noticeable difference from one company to another in describing the nature of the contingencies is possible to see that many companies still do not disclose information with the best quality and expressing reality.

KEYWORDS: Contingent liabilities. Disclosure. Approximation between Accountancy.

1 INTRODUÇÃO

A realidade de muitas empresas é ter de lidar com mais de um sistema que gerencia as informações contábeis, de forma que se atendam simultaneamente as necessidades requeridas por usuários internos e externos (WEIßENBERGER e ANGELKORT, 2011; LEVANT e NIKITIN, 2012). Ao observar os tipos de informações contábeis, verifica-se a diferença em países como Estados Unidos e Reino Unido em relação à Alemanha pela ênfase na contabilidade financeira *versus* a contabilidade gerencial, respectivamente. Hoffjan e Nevries (2006) retratam que na Alemanha os *shareholders* não possuem acesso a informações gerenciais, como custo de oportunidade.

Com a aproximação entre as contabilidades gerencial e financeira, diversos benefícios poderiam ser alcançados, tais como informações com qualidade aos usuários internos (TORRES e PINA, 2003; JONES e LUTHER, 2005; JEANJEAN e STOLOWY, 2008), ou ainda a consideração de que a divulgação de uma informação mais próxima da utilizada pela contabilidade gerencial esteja disponível aos usuários externos (BALL, 2006; DASKE, 2006; SODERSTROM e SUN, 2007; BARTH, LANDSMAN e LANG, 2008; CHRISTENSEN, LEE e WALKER, 2008; ARMSTRONG et al., 2010).

A harmonização das normas contábeis segundo os padrões internacionais, além de proporcionar maior comparabilidade entre as demonstrações, tem o intuito de aumentar a qualidade das informações geradas aos usuários. A qualidade esperada tem relação com a geração de uma informação fidedigna e compatível com as informações utilizadas gerencialmente para os usuários externos, que por consequência resultaria numa melhor tomada de decisão.

Vários aspectos trazidos com as novas normas possibilitam esse aumento da qualidade. Procedimentos como a consideração da primazia da essência sobre a forma, a possibilidade de avaliação pelo valor justo, o teste de *impairment* dos ativos, e também a divulgação de informações por segmentos, que pode ser entendida praticamente como uma informação gerencial e de estratégia, são alguns dos itens em que se pode verificar a busca pela aproximação entre a contabilidade financeira e gerencial.

Gilio e Afonso (2012) destacam que critérios de mensuração de depreciação de ativos a valores econômicos, instrumentos financeiros a valor justo e propriedades para investimentos ainda se apresentam em divergências entre as contabilidades. Os temas de essência sobre a forma, teste do valor recuperável dos ativos, a forma de evidenciação de ativos intangíveis, combinação de negócios, arrendamento mercantil, informações por segmento, propriedade para investimentos e provisões foram considerados em seu trabalho por apresentarem relação ampla ou relevante de aproximação entre a contabilidade gerencial e financeira.

O fato de as provisões terem relação com a aproximação entre a contabilidade gerencial e financeira ocorre pela consideração da essência sobre a forma. O CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlato ao IAS 37, por meio da deliberação CVM nº 594/09 regula sua evidenciação para companhias abertas. Ao definir a provisão como um passivo de prazo ou valor incerto, o CPC 25 exige o reconhecimento quando uma saída de recursos for provável, e se a saída de recursos for possível ou não houver confiabilidade na mensuração deverá ser divulgado em notas explicativas (CPC - 25).

A divulgação das contingências de uma empresa é essencial para que os usuários externos possam ter acesso a informações sobre possíveis riscos inerentes à investida. Dessa forma, informações que apenas os usuários internos teriam acesso, tornam-se públicas aos seus interessados. Para tanto, a presente pesquisa tem como indagação: *Qual o nível de adequação das empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA com relação às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes no ano de 2011?* Como objetivo, a pesquisa visa verificar o nível de adequação das empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA com relação às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Como objetivos específicos, pretende-se:

- identificar os principais passivos contingentes;
- categorizar a evidenciação;
- procurar correlações entre a evidenciação e características das empresas.

Justifica-se o trabalho pela importância que a divulgação de contingências representa aos usuários externos, além de ser uma informação gerencial que é divulgada, exerce influência direta na decisão de investimentos por externalizar situações adversas ou riscos a qual a entidade está exposta. É importante ainda por analisar as empresas mais negociadas no mercado de ações brasileiro. Além dessa introdução, a estrutura do trabalho segue com

referencial teórico e procedimentos metodológicos. Na quarta seção são apresentados os resultados, e na quinta, termina-se com a conclusão e recomendações de futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aborda conceitos referentes aos passivos contingentes, bem como a exploração de estudos anteriores relacionados à divulgação de passivos contingentes.

2.1 PASSIVOS CONTINGENTES

A divulgação dos passivos contingentes no país já era exigida pela CVM por meio da Deliberação nº 489/05, que foi revogada pela Deliberação nº 594/09 que aprovou o CPC 25. Os passivos contingentes, por sua natureza, englobam as exigibilidades de uma entidade. Hendriksen e Van Breda (2009) conceituam os passivos segundo a definição do IASB, em que os passivos se tratam de obrigações presentes de uma entidade, resultantes de eventos passados, que desencadearão prováveis sacrifícios futuros de benefícios econômicos pela transferência de bens ou serviços a outras entidades.

Os passivos, basicamente, se originam de eventos que criam obrigação. Esses eventos podem ser por meio de obrigação legal ou não formalizada, de modo que a entidade não possua alternativa realista a não ser liquidar tal obrigação. As obrigações legais derivam de contratos, seja em termos explícitos ou implícitos, por legislação, ou por outra ação da lei. Quando não formalizadas, decorrem de ações da organização via padrão estabelecido por práticas passadas, publicação de políticas, declarações atuais e suficientemente específicas, ou ainda pela criação de expectativa de que a entidade cumprirá com sua obrigação (CPC 25).

Define-se passivo contingente como uma obrigação também resultante de eventos passados, porém cuja existência depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos por não ser provável a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para sua liquidação e pela falta de confiabilidade na mensuração (CPC 25). Destaca-se o fato de o passivo contingente não poder ser reconhecido, entretanto deve ser divulgado (NIYAMA e SILVA, 2011), a não ser que seja remota a possibilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para sua liquidação.

Pelo fato de o CPC 25 indicar que a entidade deverá reconhecer o passivo contingente quando a saída de recursos for provável e possuir uma estimativa confiável de valor com base

em julgamento da administração da entidade, questiona-se a possibilidade de suavização de resultados. Em seu trabalho, Cohen et al. (2011), questionam se as garantias se tratam de um indicador de qualidade dos produtos de uma empresa, um passivo contingente, ou uma ferramenta de gerenciamento de resultados. Encontraram que empresas com incentivos a gerenciar resultados reconhecem menores valores com garantias para atingir suas metas.

Além das garantias prometidas a produtos, mercadorias e serviços vendidos, Iudícibus et al. (2010) citam outros exemplos de passivos contingentes: riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; gastos com reestruturação; danos ambientais causados pela organização; compensações ou penalidades por quebra de contratos, os contratos onerosos; e ainda, obrigações com retirada de ativos de longo prazo, o que é comum a empresas extratoras de minerais e petróleo, que devem incluir no custo de seus ativos os futuros desembolsos com sua retirada.

O CPC 25 indica que para cada passivo contingente a entidade deverá divulgar uma breve descrição de sua natureza, e quando praticável (a) uma estimativa do efeito financeiro conforme as regras de mensuração, considerando a melhor estimativa, risco e incerteza, valor presente e possíveis eventos futuros; (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; (c) além da possibilidade de qualquer reembolso. Quando a provisão e o passivo contingente surgirem do mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade deve evidenciar tal ligação. Caso algumas dessas informações não forem divulgadas por não ser praticável fazê-lo, a entidade deve divulgar esse fato.

Em casos que a divulgação de alguma dessas informações prejudique seriamente a posição da entidade em uma disputa com outras partes sobre os assuntos do passivo contingente, não será necessária a divulgação das informações, entretanto, deverá divulgar a natureza geral da disputa, junto do fato de que as informações não foram divulgadas, com a devida justificativa (CPC 25).

Com vistas a elucidar o tema, demonstram-se alguns estudos anteriores sobre o tema.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

Farias (2004) analisou as demonstrações financeiras das 36 companhias de capital aberto entre as 50 maiores do setor de química e petroquímica no período de 1999 a 2001. Na época os resultados indicavam grande divulgação de passivos contingentes, inclusive expressivos valores; verificou-se a ausência de explicitação de aspectos como mensuração. Em nova pesquisa, Farias (2006) analisou o mesmo setor, porém de 1999 a 2003 e com 32

empresas. Os resultados apontam a ausência de divulgação de vários itens exigidos pela norma, novamente com a mensuração como item menos divulgado.

Oliveira (2007) realizou uma pesquisa com o intuito de verificar o cumprimento do IAS 37 sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes no ano de 2000. Foram pesquisadas as 500 maiores empresas de Portugal e obteve-se 78 respostas. Realizada por meio de questionário, verificou-se que apenas 21,8% e 5,1% divulgam os passivos contingentes em notas e relatório de gestão. A pesquisa conclui que as diretrizes da norma não são cumpridas, especialmente no fato de não levar em conta os critérios de reconhecimento e mensuração. Embora não seja profundo, os pesquisados possuem conhecimento da norma.

Considera-se que fatores culturais influenciam a contabilidade (GRAY, 1988), dessa forma, Tsakumis (2007) realizou um experimento com contadores gregos e norte-americanos com o intuito de verificar o nível de transparência e conservadorismo na divulgação de ativos e passivos contingentes, pela influência de sua cultura. As hipóteses formuladas indicavam que havia mais probabilidade de os contadores gregos reconhecerem os ativos e passivos contingentes e menos probabilidade de divulgarem a existência de passivos contingentes em relação aos contadores dos EUA. Quanto ao reconhecimento de ativos e passivos contingentes, diferenças significantes não foram encontradas, porém quanto à divulgação, verificou-se maior conservadorismo nos contadores norte-americanos e menor transparência por parte dos gregos, ou seja, estes últimos divulgaram menos.

Alberton e Marquart (2009) analisaram 160 pareceres de auditoria com o intuito de identificar as ênfases e ressalvas. Foram estudadas as empresas listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA no período de 2004 a 2007. Constatou-se que 46 dos pareceres possuíam ênfase ou ressalva, e que destes, 7 (15%) ocasionados por contingências. Caetano et al. (2010) verificaram a adequação das empresas de papel e celulose quanto à divulgação dos passivos contingentes no período de 2005 a 2008. Semelhante a pesquisa de Farias (2006), os resultados apontam a deficiência na divulgação de critério de mensuração e avaliação.

Oliveira, Benetti e Varela (2011) analisaram o *disclosure* obrigatório referente às provisões, ativos contingentes e passivos contingentes. Foram analisadas 80 empresas de setores diversificados da bolsa de valores no exercício de 2009, e primeiro trimestre de 2010. Como resultados concernentes aos passivos contingentes, os resultados da pesquisa demonstram que exceto casos em que não se aplica, foi verificado 100% de divulgação, que incluía a natureza, mensuração, indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída e possibilidade de reembolso.

Fonteles et al. (2012) objetivaram identificar determinantes para a evidenciação de provisões e contingências em notas explicativas de 308 companhias listadas na BM&FBOVESPA do exercício de 2010. Os determinantes que influenciaram a evidenciação positivamente foram os setores de atividade, energia elétrica, eletroeletrônicos, comércio, minerais não metálicos e telecomunicações, além do tamanho, liquidez, rentabilidade e Nível 1 e 2 de governança.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem, a pesquisa se caracteriza como quantitativa pelo fato de haver a quantificação de dados, por meio de estatística descritiva e correlações. Descritiva quanto aos objetivos pela observação de fenômeno no que diz respeito à sua frequência e possíveis conexões. Quanto aos procedimentos é uma pesquisa documental por se utilizar das notas explicativas como fonte de informações (RICHARDSON, 1999; MARTINS e THEÓPHILO, 2009).

A população da pesquisa é constituída pelas 94 empresas correspondentes as 100 ações mais negociadas na BM&FBOVESPA. Demonstra-se no Quadro 1 os setores correspondentes às empresas pesquisadas.

Quadro 1 – Empresas da amostra

Setor	Quantidade	Setor	Quantidade
Têxtil	1	Alimentos e Bebidas	5
Química	2	Transporte Serviços	5
Software e Dados	2	Veículos e Peças	5
Mineração	3	Comércio	7
Papel e Celulose	3	Construção	9
Telecomunicações	3	Finanças e Seguros	9
Petróleo e Gás	4	Energia Elétrica	12
Siderurgia e Metalurgia	4	Outros	20

Fonte: *Software* Econômica®.

A coleta dos dados foi baseada pela busca das notas explicativas das empresas referente ao exercício de 2011, no site da Bolsa de Valores. Nas notas, verificou-se a divulgação dos passivos contingentes em atendimento ao disposto no CPC 25, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Categorização da divulgação dos passivos contingentes

Item Exigido	Pontuação	Participação (%)
Breve descrição da natureza do passivo contingente	1	20,00
Estimativas do efeito financeiro	1	20,00
Consideração dos critérios de mensuração segundo a melhor estimativa, riscos e incertezas, valor presente e eventos futuros	1	20,00
Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	1	20,00
Consideração da possibilidade de qualquer reembolso	1	20,00
TOTAL	5	100,00

Fonte: Adaptado do CPC 25.

Para a análise dos resultados, cada item divulgado conta como um ponto, totalizando cinco pontos para cada passivo contingente. Quando nem todos os itens forem divulgados, será calculada a média. O CPC 25 estabelece que caso algum dos itens não forem divulgados por não ser praticável, por exemplo, o fato de não possuir uma estimativa confiável, a entidade deverá divulgar esse fato. Na presente pesquisa, a cada item justificado se considera um ponto.

Além disso, foram efetuadas correlações a partir da pontuação total e de cada item exigido a ser divulgado com algumas características das empresas, tais como setor, se possuem ações negociadas fora do país ou se pertencem a algum nível de governança na BM&FBOVESPA, e ainda a valores, como o ativo, Lucro Líquido, Patrimônio Líquido, ROA, ROI, Liquidez Geral e Alavancagem Financeira. Esses dados foram coletados do *software* Economática®. O objetivo das correlações é encontrar possíveis determinantes da divulgação.

4 RESULTADOS

Na apresentação dos resultados são demonstrados os tipos de contingências mais divulgados pelas empresas, o cumprimento da divulgação dos itens requeridos pelo CPC 25, e ainda a correlação dessa divulgação com algumas características das empresas com o intuito de verificar tendências.

4.1 TIPOS DE CONTINGÊNCIAS

Ao analisar as notas explicativas, percebeu-se que as empresas geralmente possuem divulgadas como passivos contingentes ações que já tramitam em juízo. Muitas companhias divulgam características de processos apenas evidenciando aspectos principais relativos a tais

contingências, e outras, entretanto, detalham suas principais contingências caracterizando origem, trâmites processuais, valores para cada uma delas. Ou seja, apesar de muitas atenderem às exigências concernentes à evidenciação, não produzem informação suficiente para elucidar os usuários acerca de sua situação.

A divulgação de passivos contingentes que tramitam em juízo é justificada por possibilitar melhores estimativas de efeitos financeiros, bem como grau de probabilidade. Entretanto, convêm-se que não há como garantir que as empresas realizam a divulgação plena do que acontece, não só de processos judiciais, mas também outras informações em mãos dos usuários internos.

As empresas analisadas, em sua maioria, divulgaram contingências fiscais (77), trabalhistas (62) e cíveis (76), conforme demonstrado na Tabela 1. Tal característica também é apontada por Fonteles et al. (2012). As contingências fiscais divulgadas pelas empresas estão relacionadas aos tributos das três esferas do executivo, bem como previdenciários. As contingências trabalhistas geralmente envolvem reclamações judiciais por parte de funcionários das empresas, enquanto as contingências cíveis se tratam de processos inerentes às atividades-fim das empresas, desde processos movidos por clientes até órgãos antitrustes.

Tabela 1 – Contingências divulgadas

Setor	Nº de empresas	Quantidade de Passivos Contingentes Divulgados					Total
		Ambiental	Fiscal	Trabalhista	Cível	Outras	
Alimentos e Bebidas	5		5	3	4	2	14
Comércio	7		7	4	5		16
Construção	9	1	7	9	8		25
Energia Elétrica	12	3	11	11	10	4	39
Finanças e Seguros	9		7	5	7		19
Mineração	3	2	2	1	2		7
Outros	20	2	14	10	16	3	45
Papel e Celulose	3		3	2	2		7
Petróleo e Gás	4	2	1		2		5
Química	2		2	2	2	1	7
Siderurgia e Metalurgia	4	1	4	2	4		11
Software e Dados	2		2	2	2		6
Telecomunicações	3		3	3	3	1	10
Têxtil	1		1	1	1		3
Transporte Serviços	5	1	4	5	4	2	16
Veículos e Peças	5		4	2	4		10
Total	94	12	77	62	76	13	240

Fonte: dados da pesquisa.

Destaca-se o fato de apenas 12 empresas divulgarem passivos ambientais. Entretanto, verifica-se que empresas de setores como, energia elétrica, mineração e petróleo e gás os divulgam. De forma que algumas empresas já possuem contingências ambientais

provisionadas, tal fato contribuiu para a menor divulgação de contingências dessa natureza. Oliveira (2007) apresenta apenas o provisionamento de contingências ambientais, nenhuma das empresas apresentou contingências ambientais possíveis. Caetano et al. (2010) também notaram ausência de divulgação de contingências ambientais, sobretudo por se tratar de empresas do segmento de papel e celulose. O item “Outros” é composto por contingências regulatórias, administrativas, comerciais, societárias, benefícios a empregados e ágio.

4.2 CATEGORIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO

Buscou-se com a categorização da divulgação identificar se as empresas cumpriram com o que preconiza o CPC 25. Demonstrem-se na Tabela2, os itens solicitados referentes às contingências, bem como a quantidade de empresas que os divulgou.

Tabela2 – Divulgação dos itens solicitados pelo CPC 25

Itens do CPC	Descrição da Natureza	Estimativa do efeito Financeiro	Critério de Mensuração	Incertezas relacionadas a datas e valores	Possibilidade de Reembolso
Nº de empresas	76	88	81	85	6
Representatividade	80,85%	93,62%	86,17%	90,43%	6,38%

Fonte: dados da pesquisa.

Destaca-se que uma empresa que tenha divulgado todos os itens solicitados em cada contingência (descrição, estimativa, critério de mensuração, incertezas e possibilidade de reembolso) para apenas uma de suas contingências, na Tabela 2 foi contado como uma empresa que divulgou. Por exemplo, determinada empresa afirma possuir contingências ambientais e trabalhistas, para as contingências trabalhistas detalhou cada item, porém, para as ambientais não divulgou a estimativa do efeito financeiro e nem justificou tal fato, por ter divulgado a estimativa de uma contingência foi contada como empresa que divulga estimativas. Contudo, tal item contará negativamente em sua pontuação final (Tabela 3).

O primeiro item solicitado é uma breve descrição da natureza para cada contingência passiva, percebe-se que mais de 80% das empresas divulgou esse item. Quanto à divulgação da estimativa do efeito financeiro para cada contingência, 88 empresas cumpriram com o solicitado. De forma geral, as empresas divulgaram em diferentes estilos, algumas em texto corrido, junto ou separado das provisões para contingências, outras em quadros, destacando o que foi provisionado por ser provável, e o que foi apenas divulgado por ser possível. Destaca-

se que algumas empresas até divulgaram estimativas e descrições para contingências passivas de perda considerada remota.

O CPC 25 também exige que as empresas divulguem o critério de mensuração utilizado, segundo a melhor estimativa, e que considere o valor presente se o efeito for material, além de eventos futuros que possam influenciar. Mais de 85% das empresas cumpriram com esse item, em que bastou ter divulgado um dos itens de como foi estimado o efeito financeiro. Como exemplo a divulgação: “A preparação das demonstrações financeiras [...] requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras” (RANDON PART., 2012).

Com tal julgamento derivam as incertezas referentes a datas e valores de ocorrência, em que mais de 90% das empresas deixou clara a possibilidade. Tome-se como exemplo: “Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais” (KLABIN S/A, 2012).

Além desses itens as empresas também precisam divulgar a possibilidade de reembolso para suas contingências, como prevê o CPC, caso não o fizessem, deveriam justificar. Das seis empresas apontadas na Tabela 2, apenas quatro divulgaram a possibilidade de reembolso, as demais tiveram o item considerado por justificar a não existência de contingências ou impossibilidade de mensuração. Oliveira, Benetti e Varela (2011), também identificaram baixo nível de divulgação da possibilidade de reembolso.

Em comparação com a pesquisa de Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011), verifica-se uma maior divulgação por parte das empresas da presente pesquisa quanto aos itens apresentados na Tabela 2. Apresentam-se na Tabela 3 as médias obtidas pelas empresas a partir da categorização da divulgação das contingências, segregado pelos setores.

Tabela 3 – Categorização da divulgação por setor

Setores	Qtd	Média	Erro Padrão	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Alimentos e Bebidas	5	2,75	0,53	1,19	1,00	4,00
Comércio	7	3,14	0,10	0,26	3,00	3,67
Construção	9	3,50	0,19	0,57	2,50	4,00
Energia Elétrica	12	3,80	0,11	0,39	3,00	4,00
Finanças e Seguros	9	3,83	0,12	0,35	3,00	4,00
Mineração	3	2,67	1,33	2,31	0,00	4,00
Outros	20	3,27	0,30	1,32	0,00	5,00
Papel e Celulose	3	3,44	0,29	0,51	3,00	4,00

Setores	Qtd	Média	Erro Padrão	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Petróleo e Gás	4	4,50	0,29	0,58	4,00	5,00
Química	2	3,83	0,17	0,24	3,67	4,00
Siderurgia & Metalurgia	4	3,50	0,29	0,58	3,00	4,00
Software e Dados	2	3,67	0,67	0,94	3,00	4,33
Telecomunicações	3	4,00	0,00	0,00	4,00	4,00
Têxtil	1	2,00	0,00	0,00	2,00	2,00
Transporte Serviços	5	3,52	0,22	0,50	3,00	4,00
Veículos e peças	5	2,90	0,75	1,67	0,00	4,00
Total	94	3,45	0,10	0,98	0,00	5,00

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 3 pode ser verificado que as melhores médias de divulgação dos itens solicitados correspondem aos setores de Petróleo e Gás (4,50), Telecomunicações (4,00), Finanças e Seguros (3,83), Química (3,83) e Energia Elétrica (3,80), inclusive pela percepção do desvio e erro padrão. Fonteles et al. (2012) encontraram em sua pesquisa que os setores de Telecomunicações e Energia Elétrica influenciaram positivamente o nível de *disclosure*.

Como as médias obedecem a um intervalo estabelecido entre 0 e 5, conforme Quadro 2, na metodologia, tais médias indicam que empresas dos cinco setores mencionados cumpriram com um índice entre 76% e 90% da divulgação requerida.

4.3 CORRELAÇÕES COM A CATEGORIZAÇÃO

Com vistas a proporcionar possíveis explicações referentes aos tipos de empresas que apresentam maior divulgação das contingências, apresentam-se na Tabela 4 correlações efetuadas com o resultado da categorização divulgação das empresas.

Tabela 4 – Correlações entre as características das empresas e suas categorizações

	Descrição natureza	Estimativo efeito fin.	Critério de mensuração	Incertezas	Reembolso	Pontuação Total
Ações fora	0,269	0,277	0,236	0,217	-0,059	0,186
Governança	-0,239	-0,197	-0,145	-0,106	0,053	-0,191
Ativo	0,142	0,044	0,051	0,043	-0,074	0,159
Lucro Líquido	0,217	0,172	0,151	0,118	-0,023	0,132
Patrimônio Líquido	0,197	0,128	0,115	0,105	-0,052	0,141
ROA	0,057	0,190	0,131	0,113	0,045	0,167
ROI	-0,019	0,073	-0,016	0,035	-0,029	-0,042
Liquidez Geral	-0,255	-0,297	-0,213	-0,276	0,053	-0,377
Alavancagem Financeira	0,078	0,140	0,111	0,127	0,034	-0,058

Fonte: dados da pesquisa.

Para as correlações foram utilizadas potenciais características das empresas que pudessem estar positivamente relacionadas com a categorização da divulgação de contingências. Além da verificação por setor, conforme Tabela 3, foram utilizadas outras características qualitativas, tais como se participam de algum nível de governança ou se negociam ações em bolsas de valores fora do país, espera-se que esse tipo de empresa possua maior *disclosure*.

Além disso, correlações foram efetuadas com informações financeiras das empresas, como seu tamanho (ativo total), lucro líquido, patrimônio líquido, ROA, ROI, liquidez geral e alavancagem financeira. Percebeu-se que não ficou evidenciada a existência de correlações relevantes quanto à pontuação total da categorização. Demonstra-se apenas que dentre os itens solicitados pelo CPC, exceto a possibilidade de reembolso, as empresas que possuem ações negociadas em bolsas fora do país possuem mais correlação. Percebeu-se ainda correlação inversa com o índice de liquidez, ou seja, quanto menor o índice de liquidez, maior tende a ser a pontuação obtida na categorização.

Em sua pesquisa, Fonteles et al. (2012) realizaram testes estatísticos para identificar determinantes do nível de *disclosure* de contingências. As regressões efetuadas indicam que o tamanho das empresas e a rentabilidade influenciaram positivamente o nível de *disclosure* das contingências, enquanto o fato de pertencer ao nível de governança e possuir alta liquidez, o que é corroborado pela presente pesquisa, influenciou de forma negativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa atingiu seu objetivo que foi verificar o nível de adequação das empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA com relação às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Para tal, adotou-se uma categorização baseada na atribuição de pontuação a cada item divulgado pelas empresas em suas notas explicativas.

Os resultados da pesquisa apontam maior divulgação de processos já em tramites judiciais, geralmente relacionados a causas cíveis, trabalhistas e fiscais. Destaca-se o fato de haver pouca evidenciação de contingências ambientais, o que concorda com as pesquisas de Oliveira (2007) e Caetano et al. (2010). Assim como a falta de divulgação de contingências ambientais ocorre, apesar de serem obrigadas, as empresas também podem deixar de divulgar outras contingências. Desse modo, percebe-se que a divulgação de uma informação mais gerencial aos usuários externos ainda pode estar fora da realidade, até pelo fato de as empresas apenas divulgarem processos que já tramitam em juízo.

Quanto aos itens exigidos pelo CPC, verificou-se que as empresas os atenderam em sua maioria. Os itens compreendem uma breve descrição da natureza das contingências, uma estimativa do efeito financeiro, o critério de mensuração, as incertezas relacionadas ao valor e momento de ocorrência, além de possíveis reembolsos. O CPC indica ainda, que na impossibilidade de divulgação de cada item, a entidade deverá mencionar o fato. Dessa forma, o único item em que houve pouca divulgação foi a possibilidade de reembolso. Esses resultados estão alinhados com a pesquisa de Poeta, Von Knoblauch e Borba (2011).

Verificou-se que as empresas dos setores de Petróleo e Gás, Telecomunicações, Finanças e Seguros, Química e Energia Elétrica alcançaram melhores pontuações em suas categorizações, ou seja, mais divulgação. Os resultados indicam que as empresas que negociam ações em bolsas fora do país, apresentaram os melhores resultados de correlação com os itens exigidos pelo CPC 25, exceto quanto à possibilidade de reembolso. Além disso, verificou-se correlação inversa com a liquidez, ou seja, quanto menor a liquidez mais as empresas evidenciaram. Esse resultado corrobora com a pesquisa de Fonteles et al. (2012).

Ao realizar a análise da descrição da natureza das contingências é possível perceber o comprometimento com a divulgação parte das empresas, conseqüentemente, a proximidade da informação gerencial com a informação financeira disponibilizada aos usuários externos. Apenas pela diferença notada de uma empresa para outra é possível perceber que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressem a realidade, seja por motivo de custo, seja por motivo de exposição à concorrência.

Sugere-se para futuras pesquisas a análise de conteúdo das descrições da natureza das contingências com o intuito de verificar a quantidade e qualidade das informações divulgadas, além e correlação entre a divulgação e empresa de auditoria das respectivas empresas. Sugere-se ainda a verificação de outros itens que possibilitem estudar a aproximação entre as contabilidades gerencial e financeira, pela importância que exerce em relação à qualidade das informações evidenciadas e divulgadas.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, L.; MARQUART, A. Parecer de Auditoria das Companhias Listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA: uma análise das ressalvas, ênfases e empresas de auditoria entre os anos de 2004 e 2007. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 8, n. 23, 2009.

ARMSTRONG, C.S.; BARTH, M.E.; JAGOLINZER, A.D.; RIEDL, E.J. Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. **The Accounting Review**, v. 85, n. 1, 2010.

BALL, R. International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting and Business Research**, v. 36, n. 1, 2006.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, 2008.

CAETANO, T. P.; SILVA, T. B.; BIESDORF, S.; LEAL, E. A. Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

CHRISTENSEN, H. B.; LEE, E.; WALKER, M. Incentives or standards: What determines accounting quality changes around IFRS adoption? Working paper, Manchester Business School, 2008.

COHEN, D.; DARROUGH, M. N.; HUANG, R.; ZACH, T. Warranty Reserve: Contingent Liability, Information Signal, or Earnings Management Tool? **The Accounting Review**, v. 86, n. 2, 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.**

DASKE, H. Economic Benefits of Adopting IFRS or US-GAAP – Have the Expected Cost of Equity Capital Really Decreased? **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 33, n. 3-4, 2006.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Divulgação do passivo:** um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

FARIAS, M. R. S. Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2012.

GILIO, L.; AFONSO, L. E. Aproximação entre contabilidade gerencial e contabilidade financeira com a convergência contábil brasileira às normas IFRS. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 6., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPCONT, 2012.

GRAY, S. J. Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally, **Abacus**, v. 24, n. 1, 1988.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

HOFFJAN, A.; NEVRIES, P.; STIENEMANN, R. Comparative Management Accounting - Literature Review on Similarities and Differences between Management Accounting in **Germanic and Anglophone Countries**. Paper presented at the 30th European Accounting Association annual congress, Lisbon, Portugal, 2007.

IUDICIBUS, Sergio de. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. **J. Account. Public Policy**, v. 27, 2008.

JONES, T. C.; LUTHER, R. Anticipating the Impact of IFRS on the Management of German Manufacturing Companies: Some Observations from a British Perspective. **Accounting in Europe**, v. 2, 2005.

LEVANT, Y.; NIKITIN, M. Can cost and financial accounting be fully reintegrated? The role of the French state in the separation of accounting systems and the failed attempt of the *système croisé* to re-integrate them. **Accounting History**, v. 17, n. 3-4, 2012.

MARTINS, Gilberto; THEOPHILO, Carlos. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. **Teoria da contabilidade**. 2. ed São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, A. F.; BENETTI, J. E.; VARELA, P. S. Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 5., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPCONT, 2011.

OLIVEIRA, J. S. Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. **Revista Contabilidade e Gestão**, n. 4, 2007.

POETA, F. Z.; VON KNOBLAUCH, S. C. A.; BORBA, J. A. Um Estudo Acerca da Evidenciação das Contingências nas Maiores Empresas de Capital Aberto do Brasil de Acordo com o IAS 37. In: XIII Congresso de Contabilidade de Auditoria, 2011, Porto - Portugal. XIII Congresso de Contabilidade de Auditoria, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1999.

TORRES, L.; PINA, V. Accounting for accountability and management in NPOS. **A comparative study of four countries**: Canada, the United Kingdom, the USA and Spain. *Financial Accountability & Management*, v. 19, n. 3, 2003.

TSAKUMIS, G.T. The influence of culture on accountants' application of financial reporting rules. **Abacus**, v. 43, n. 1, 2007.

WEIßENBERGER, B. E.; ANGELKORT, H. Integration of financial and management accounting systems: The mediating influence of a consistent financial language on controllership effectiveness. **Management Accounting Research**, v. 22, 2011.